



EDITORIAL

NOTÍCIAS

OUTONO MAIS FRIO

A proposta de Orçamento do Estado para 2022 não era muito auspiciosa para os reformados e pensionistas em geral mas continha algumas medidas no sentido da relativa melhoria da sua situação, designadamente

- ❖ o aumento das pensões, ainda que muito mitigado;
- ❖ a divisão, enviesada, dos escalões de IRS criando dois novos escalões que beneficiariam pensões de valor mais baixo;
- ❖ quanto a apoios sociais e à saúde, muito teria ainda de se ver como ficariam após a discussão na especialidade da proposta de orçamento.

Neste sentido, a APRe! divulgou oportunamente a sua análise sobre a proposta e pediu audiências aos grupos parlamentares tendo reunido com representantes de cinco deles a quem apresentou as suas preocupações, propostas e sugestões.

A não aprovação da proposta de orçamento na sessão parlamentar de 27 de Outubro deixa-nos uma sensação de frustração e revolta pois muito dificilmente se repetirá a circunstância histórica que poderia ter suportado um orçamento com um pouco mais de atenção aos mais desprotegidos, aos mais velhos.

A APRe! tem desenvolvido a sua ação não apenas em defesa das pensões, a sua intervenção nestes últimos dois anos visou especialmente a melhoria das condições de vida dos mais velhos, do seu acesso aos cuidados de saúde, aos apoios domiciliários, aos cuidados prolongados na doença, às condições em que enfrentam a fase final da sua vida, tantas vezes com carreiras longas de trabalho e sacrifícios.

Assim, será sempre com frustração, tristeza e revolta que assistimos à forma como se desperdiçam oportunidades de fazer vingar na sociedade uma visão mais humanista e compreensiva da importância e do papel dos mais velhos.

Esperemos que se escreva direito por linhas tortas.

(Cabe-me a autoria deste espaço devido ao período difícil que atravessa a nossa Presidente Maria do Rosário Gama esperando que possa retomar rapidamente e em pleno as suas funções.)

António Correia

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO'2022

A APRe! reúne com Grupos Parlamentares

A APRe! deu a conhecer oportunamente a sua posição sobre as medidas previstas na proposta de Orçamento do Estado para 2022 (OE'2022) apresentada pelo Governo no início de Outubro.

Na sequência desse comunicado, amplamente divulgado pelos órgãos da comunicação social e distribuído aos associados através das "Breves 9", de 12 de Outubro, a APRe! solicitou audiências aos grupos parlamentares a fim de expor as suas preocupações sobre tema tão importante para todos nós.

Apresenta-se aqui a síntese das reuniões decorridas com os cinco grupos parlamentares que reuniram com a delegação da APRe!

Reuniões realizadas:

- 13 de Outubro: PS - Partido Socialista, deputados Joel Gomes e Carlos Brás, reunião presencial;
- 13 de Outubro: BE - Bloco de Esquerda, deputado José Soeiro e assessora Catarina Silva, reunião presencial;
- 21 de Outubro: CDS/PP - deputado Pedro Morais Soares e assessor Henrique Galado, reunião em plataforma digital;
- 21 de Outubro: PSD - Partido Social Democrata, deputada Fernanda Velez e assessora Olga Silvestre, reunião em plataforma digital;
- 27 de Outubro: PEV, Partido Ecologista Os Verdes, assessora Claudia Madeira, reunião presencial.

A difícil fase que a nossa Presidente da Direcção, Maria do Rosário Gama, está a atravessar apenas lhe permitiu participar, através de plataforma digital, na primeira audiência, em 13 de Outubro. Nas restantes reuniões, a delegação da APRe! foi constituída por António Correia, Anabela Paixão e José João Lucas (membros da Direcção).

A delegação da APRe! apresentou os seus pontos de vista em relação a temas considerados fundamentais, designadamente:

- Aplicação de um regime de actualização das pensões justo e que compense as sucessivas perdas de poder de compra dos pensionistas ao longo da última década e meia; a actualização extraordinária de 10€ para pensões de valor até 658,2€ (previsto para vigorar apenas a partir de Agosto) é mera panaceia e a actualização dita "regular" decorrente da aplicação da Lei nº 53-B/2006, de 29 de Dezembro, constitui um arremedo de compensação pelo condicionamento de dois parâmetros de muito baixo valor desde há anos (taxa de inflação e taxa de crescimento do PIB) o que determina sempre valores de actualização insignificantes para pensões

de valor médio (acima de 2 IAS- Indexante dos Apoios Sociais – 877,62€).

Impõe-se, por isso, a profunda alteração deste diploma ou a sua revogação.

- No plano dos apoios sociais, aponta-se a necessidade imperiosa de reestruturação da rede de lares englobando IPSS, Misericórdias e Mutualidades que carecem de financiamento público mais robusto permitindo a melhoria e o alargamento dos serviços prestados, a qualificação adequada dos seus profissionais e a sua remuneração em valores dignos.
- A dotação orçamental desta área deve ter também em conta a articulação funcional da rede de Acção Social com estruturas da Saúde, a formação de pessoal técnico das ERPI (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas) e Centros de Dia, assim como, a sua remuneração em valores adequados e dignificantes. Também, as funcionalidades dos Serviços de Apoio Domiciliário devem ser fortemente incentivadas de modo a inverter a crescente tendência de institucionalização dos mais velhos.
- No âmbito do SNS (Serviço Nacional de Saúde) e focando experiências de outros países acompanhadas pelas organizações internacionais em que a APRe! participa, deve ser repensado profundamente o modelo de respostas sociais, que não podem continuar dissociadas da prestação de cuidados de saúde às pessoas mais velhas. Serviços direccionados para a prevenção e reabilitação, ao nível dos cuidados primários, com a constituição de equipas eficientes e com formação / competências específicas para apoio domiciliário ou institucional de qualidade que garantem, com mais eficácia e menos custos, o respeito pelos direitos humanos e dignidade dos mais velhos, como ainda contribuem para reduzir a enorme pressão que pesa actualmente sobre os hospitais de agudos, que não estão vocacionados nem preparados para a prestação desse tipo de cuidados.

Em todas as audiências, os deputados dos diversos partidos com quem reunimos acompanharam as preocupações que apresentámos e comprometeram-se a dar-lhes seguimento no seio dos respectivos grupos parlamentares.

A.C.



Por considerarmos importante que os beneficiários da ADSE estejam informados sobre as razões da publicação das novas Tabelas do Regime Convencionado, sobre as reacções de alguns prestadores de saúde e algumas precauções a ter, entendemos publicar um recente texto (10/10/2021) da autoria do economista **Eugénio Rosa**, membro do Conselho Diretivo da ADSE, eleito pelos representantes dos beneficiários no Conselho Geral e de Supervisão.

INFORMAÇÃO E UM ALERTA AOS 1,3 MILHÕES DE BENEFICIÁRIOS DA ADSE PARA NÃO SE DEIXAREM ENGANAR

Em estudos anteriores, que estão disponíveis na pasta “SNS e saúde” no site www.eugeniorosa.com para quem estiver interessado em os ler, expliquei os objetivos das novas Tabelas do Regime convencionado da ADSE, que são nomeadamente os seguintes:

- (a) Introduzir um controlo de preços nas cirurgias, próteses e medicamentos, cujos preços estavam sem qualquer controlo o que permitia aos prestadores faturar à ADSE o preços que quisessem (a variação de preços entre prestadores pela mesma cirurgia, prótese ou medicamentos era enorme atingindo 100%, 200%, 500% e mesmo mais);
- (b) Garantir sustentabilidade e continuidade da ADSE;
- (c) Assegurar aos prestadores preços justos;
- (d) Para isso era necessário atualizar os preços que se mantinham inalteráveis há muitos anos para assim garantir um melhor acesso dos beneficiários aos cuidados de saúde.

É evidente que o controlo de preços não agradou à totalidade dos prestadores, embora a ADSE tivesse mantido uma contínua política de diálogo para fazer os ajustamentos que fossem justos e que não pusessem em risco a sustentabilidade da ADSE.

Verificou-se por parte de alguns prestadores (poucos), alguns comportamentos inaceitáveis para os quais, **como representante dos beneficiários no conselho diretivo da ADSE**, quero alertar e esclarecer os beneficiários para não se deixarem enganar.

(1) As chamadas “Tabela de Preços especial -ADSE, IASFA, GNR, PSP” do grupo CUF ou “Tabela Especial de preços – ADSE, IASFA, SAD GNR e SAD PSP “do grupo LUZ, enviadas a muitos beneficiários utilizando muitas vezes os seus dados pessoais sem a sua autorização (se isso aconteceu devem queixar-se à CNPD), que causou grande confusão por ter a palavra “ADSE”, não tem nada a ver com a ADSE e com as tabelas do Regime Convencionado da ADSE, apesar de abusivamente utilizarem o nome da ADSE. São tabelas de preços dos grupos CUF e LUZ com preços

muito mais elevados do que os preços da ADSE. Por ex. uma consulta nessas tabelas especiais custa ao beneficiário da ADSE, pelo menos, entre 35€ e 40€, enquanto pelo Regime Convencionado da ADSE paga apenas 5€. E mesmo que depois seja reembolsado no Regime Livre em 20,45€, acaba por ter de suportar 3 a 4 vezes mais do que pagaria pelo Regime Convencionado da ADSE. Em outros atos, por ex., nas cirurgias, a diferença é enorme e incomportável para a maioria dos beneficiários.

(2) Um conselho importante. Quando fizer qualquer marcação (consulta, cirurgia, etc.) num prestador nunca se esqueça de dizer que a quer fazer no âmbito do Regime Convencionado da ADSE. Pergunte mesmo se é no Regime Convencionado e confirme, pois vários prestadores, em particular a CUF (esteja muito atento neste prestador pois é dele que temos recebido mais queixas), se não disser nada a marcação é muitas vezes feita naquelas tabelas e poderá ter a surpresa, quando for pagar, de ter de pagar uma fatura enorme. Mesmo que o prestador lhe diga que o médico saiu da convenção (neste caso não se esqueça de perguntar se não existe outro médico da mesma especialidade na convenção), ou que saíram todos os médicos daquela especialidade da convenção, ou que a ADSE eliminou esse ato da convenção, ou que a ADSE acabou com a convenção, **NÃO ACREDITE**, porque muitas vezes isso não é verdade. Entre em contacto com a ADSE através: **ADSE-direta** (<https://www.adse.pt/ar/>) e exponha o seu caso. No caso de concluir que foi enganado, comunique à ADSE da mesma forma e queixe-se também à Entidade Reguladora da Saúde (ERS), no link:

<https://www.ers.pt/pt/utentes/reclamacoes/>

(3) Uma outra opção que também tem, é procurar outro prestador, porque a ADSE tem convenções com mais de 1300 prestadores e se procurar vai sempre encontrar outro médico igual ou mesmo melhor no seu concelho. Para fazer a pesquisa de prestadores por concelho e por tipo de ato, aceda ao **portal da ADSE** através do link:

www.adse.pt/pesqmed/.

É URGENTE DEFENDER E REFORÇAR O SNS

A Direção da APRe! apoia os objetivos da Petição Pública/Abaixo-assinado “É URGENTE DEFENDER E REFORÇAR O SNS” e incentiva a sua subscrição por parte das associadas e associados.

Em causa está a necessidade de regulamentação da Lei de Bases da Saúde, mais de dois anos decorridos sobre a sua aprovação, designadamente através da publicação do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde. O link de acesso é o seguinte:

[É URGENTE DEFENDER E REFORÇAR O SNS : Petição Pública \(peticaopublica.com\)](https://peticaopublica.com)

REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Realizou-se a quinta reunião do Conselho Consultivo do IGFSS, em 28 de setembro passado, constando na Ordem de Trabalhos a apresentação da Conta da Segurança Social de 2020 e do Relatório de Actividades em 2020 do IGFSS.

Como se previa no respectivo orçamento, o resultado final foi positivo, apurando-se um saldo final de 2131 milhões de euros, de realçar dadas as circunstâncias particularmente adversas verificadas durante o ano, em razão da pandemia COVID-19. Apesar desse contexto muito difícil, as receitas tiveram um acréscimo de 8,9% (pese embora a retracção de 0,7% das contribuições e quotizações) acomodando o aumento das despesas em 12,5%. O resultado positivo contribui para a manutenção da situação favorável do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social (FEFSS) cujo valor ultrapassa os 21000 milhões de euros, valor suficiente para cobrir o pagamento integral de 18,03 meses de pensões do regime previdencial numa eventual situação de ausência de receita contributiva. Neste enquadramento, o representante da APRe! manifestou o seu desacordo por não se prever a possibilidade de actualização adequada das pensões, em resultado da aplicação da actual legislação fortemente penalizadora para a actualização das pensões.

Em relação às actividades da instituição, assinala-se a disponibilização do recibo detalhado da pensão, através da plataforma digital da “Segurança Social Directa” a partir do passado mês de Setembro; prevê-se, ainda, que a partir do próximo ano o pagamento da pensão possa ser efectuado através de um meio de pagamento alternativo, o “Cartão Pré-pago” que permitirá substituir o pagamento através de vale-postal.

A APRe! NA COMUNICAÇÃO SOCIAL

A propósito do que se foi conhecendo quanto ao conteúdo da proposta de Orçamento do Estado para 2022, a Direção da APRe! elaborou um documento (enviado a todos os associados nas Breves 9) com as suas principais posições e exigências em matéria de pensões e de apoios sociais. Sob a forma de Comunicado, foi distribuído por todos os Órgãos de Comunicação Social e constituiu o essencial do conteúdo do artigo assinado por Maria do Rosário Gama, enquanto presidente da Direção da APRe!, no jornal Público de 11/10.

OE2022 – Estado Social envergonhado!



Maria do Rosário Gama



A APRe! reclama mais atenção aos reformados e a revisão dos escalões de IRS

A encerrar a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, o Governo salientou que se orgulhava do forte compromisso social que imprimiu ao exercício dessa presidência, culminando na Cimeira Social com o objetivo de dar “impulso político à concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais na vida dos cidadãos europeus...”. Foi um dos seus temas centrais a proteção social, em que destacava a importância da atenção a prestar aos mais velhos.

“Ninguém fica para trás” foi o mote repetido vezes sem conta. A preocupação com os mais velhos foi sempre sublinhada em declarações de circunstância e nos objetivos da ação governamental com o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) à cabeça.

Apenas três meses decorridos, constata-se que essas “boas intenções” não passaram disso mesmo. A preocupação social deixa para trás os mesmos de sempre, os mais velhos, os que afastados do ciclo produtivo não têm poder reivindicativo a não ser no plano ético.

O crescente número de cidadãos com mais de 65 anos é útil para mostrar a evolução muito positiva da esperança média de vida

em Portugal com base na excelência dos cuidados médicos e sociais. Contudo, é um entrave quando torna a sociedade portuguesa “envelhecida”. Pretende-se uma sociedade em que se viva mais anos, mas “sem velhos”?

Há muitas declarações piedosas de preocupação social relativamente aos mais velhos que são depois esquecidas, desde logo, na política orçamental em que o Governo opta por não actualizar a generalidade das pensões, agravando a degradação do nível de vida de quem está na reforma.

Conhece-se a enorme percentagem de pessoas aposentadas, pensionistas e reformadas que continuam com rendimentos provenientes de pensões abaixo do salário mínimo nacional. É enorme o impacto que isso tem nos níveis elevados de pobreza de milhares de contribuintes que participaram, ao longo de décadas, na construção deste país e que continuam a “siver” abaixo do limiar da pobreza. A manter-se inalterada a Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, mesmo pensionistas com pensões de valor médio estariam condenados à degradação continuada do valor da sua pensão e das suas condições de vida, pelo que a revogação desta lei constitui um acto de elementar justiça social.

Mas também a APRe! reivindica políticas mais justas em outros planos como:

A revisão dos escalões do IRS, já prometida mas sempre protelada, a qual será indispensável para não se perder uma oportunidade de introduzir alguma justiça fiscal nos escalões que abrangem as pensões de nível médio;

A definição de um plano de reestruturação da rede de lares e sua sustentação em termos financeiros, sanitários e de recursos humanos qualificados;

A dotação orçamental para uma articulação funcional entre as estruturas da Saúde e as ERPI (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas);

A dotação orçamental para a formação de pessoal técnico das ERPI e centros de dia, bem como para aumento dos salários correspondentes à responsabilidade que lhes é atribuída;

O reforço da dotação orçamental para o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), que deve ser uma das valências mais incentivadas para a prestação dos cuidados às pessoas mais velhas.

Mais esperança de vida e vida com mais esperança!

Presidente da direção da APRe!

Na sequência da divulgação destas posições e na fase mais acesa da discussão pública sobre o OE'22, foram muito numerosos os pedidos de intervenções dirigidos a Maria do Rosário Gama, nomeadamente por parte de canais de televisão e também de algumas rádios.

No dia 13/10, no Porto Canal:

<https://portocanal.sapo.pt/comentario/1785?fbclid=IwAR3XT48GctOhIhbZDQkE7dqYKCK8eijDTvj7ZTW-I4-sGngN-vjZudYfDI>

Maria do Rosário Gama: "O possível aumento de 10 euros nas pensões mais baixas corresponde a migalhas, principalmente no momento em que o nível de vida está a aumentar"



As declarações à TSF, no dia 23/10, sobre o “aumento extraordinário” das pensões até 1097,00€, podem ser ouvidas a partir do minuto 04:10, no link seguinte:

https://www.tsf.pt/programa/noticiarios/emissao/noticiario-das-12h00-14249490.html?fbclid=IwAR21Qd1_j6Ivym9VEVQ4jzynnvgqHSJbEDi8A8ad1e7qdk4KAE9eHqof2Fuc

Após a rejeição da proposta de Orçamento do Estado pela Assembleia da República, no passado dia 27/10, a Presidente da Direção voltou a ser ouvida por três canais televisivos – RTP 3, TVI e Porto Canal – sobre o que fica agora em causa.



Porto Canal, 28/10



RTP 3, 28/10

A intervenção na RTP3 pode ser visionada, a seguir ao minuto 23, no seguinte link:

<https://www.rtp.pt/play/p8159/e575891/3-as-11>



ALGUMAS NOTAS SOBRE O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA E O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

Em resposta à intensa crise provocada pela pandemia de COVID na Europa, em que Portugal foi dos países mais afectados, a União Europeia criou, em tempo recorde, um instrumento temporário, com o objectivo de apoiar a recuperação da crise e de promover o desenvolvimento dos Estados membros, mas alterando o seu paradigma actual. Esse esforço foi concentrado em apenas três dimensões estruturantes: Resiliência, Transição climática e Transição digital.

O instrumento, ou Fundo, é o “Next Generation EU”, no total de EUR 750 mil milhões (MM), que vai financiar o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) português, sendo EUR 13,9 MM em subvenções não reembolsáveis e 2,7MM em empréstimos. E esse Fundo vai também financiar os PRR dos outros 26 países da UE: Portugal é apenas o 8º país na escala das maiores subvenções.

Além do PRR, o Next Generation EU inclui mais dois Fundos: o “React EU” e o “Desenvolvimento Rural + Fundo de Transição Justa”. No total dos três fundos, as subvenções para Portugal atingem o valor de EUR 16,4 MM.

O PRR está sujeito a uma calendarização apertada e a metas intermédias a cumprir. São apenas 3 anos para aprovar os projectos (2021-23) e 6 anos para os executar (2021-26).

Algumas vozes têm reclamado que a alocação de fundos do PRR para as empresas é insuficiente, nomeadamente no apoio à sua recapitalização, incluindo em incentivos não reembolsáveis. Como se sabe, no debate sobre a utilização dos fundos há quem defenda que se deveria disponibilizar mais recursos para as empresas e reduzir as verbas para o sector público.

Ora a capacitação do aparelho do Estado é condição indispensável a qualquer projecto de desenvolvimento.

Citando Ricardo Paes Mamede, é difícil encontrar na História algum país onde o processo de transformação estrutural do tecido produtivo, que é a essência do desenvolvimento económico, não tenha sido impulsionado, ou até moldado, pelo Estado. E sabe-se também que o dinamismo inovador das economias mais avançadas depende crucialmente da acção do Estado.

Além disso, as políticas de concorrência da UE restringem muito os apoios directos do Estado às empresas, como tem sido evidente no caso dos apoios à reestruturação da TAP. A acção dos Estados está muito limitada nesta matéria.

E, por fim, os investimentos previstos do PRR no SNS, em habitação, em qualificações e competências, em infraestruturas, nas florestas, na gestão hídrica, no mar, na descarbonização, na bioeconomia sustentável, na eficiência energética, no hidrogénio e renováveis, na mobilidade sustentável, nas empresas 4.0, na escola digital – tudo, ou quase tudo, vai ser feito pelo sector privado. São mais encomendas e mais actividade para as empresas.

E há ainda os outros fundos europeus previstos até 2030 para Portugal, e que vão beneficiar toda a economia: o PT 2020, do qual ainda vão ser aplicados 11 MM até ao final de 2023, e o Quadro Financeiro Plurianual 2021-27, que são 33,6 MM. Juntamente com o PRR, são 60 MM a aplicar até ao final da década. Em média são cerca de EUR 6 MM por ano, que é o dobro do que temos vindo a aplicar. Mais uma razão para melhorar a capacitação do Estado português, tanto a nível central como local, para que lhe seja possível promover o aproveitamento destes enormes recursos. Uma oportunidade que não se repetirá.

José Bom
Associado nº 736



COMO SE DESENVOLVEU UM PROJETO

Março de 2016. Primeira quinta. Iniciada, ainda, na sede de Matosinhos, haveria de passar, logo no mês seguinte, para a Biblioteca Municipal Florbela Espanca, onde continua até hoje. Quão depressa passaram meses, anos.... Passaram? Correram... Voaram... Comunidade de Leitores? Melhor se diria, leitoras. Um registo muito variável ao longo do tempo, tendo chegado a contar-se vinte e duas inscrições, ainda que, presencialmente, nunca tenha atingido tal. Com um número médio de presenças de oito a dez, manteve um núcleo certo e constante de cerca de doze elementos femininos. Por ela passaram, no período inicial, três masculinos. Mas, tendo deixado estes de comparecer, não se conquistou mais terreno nessa vertente. Curioso, pois que, participando eu em outras atividades similares, eles estão lá. Em menor número, é certo, mas estão. E é sempre interessante comparar, na apreciação de cada livro, pontos de vista dos dois campos.



Primeiros passos cumpridos. Designação e imagem gráfica. Objetivos definidos, nada de rigor, participação livre e plena, critérios sucessivos se foram adotando na escolha dos livros. Foram lidos dez em cada um dos anos, contados de março a março, até 2020. Tendo-se festejado, ainda, o quarto aniversário, seguiu-se uma interrupção até novembro seguinte. Adquiridas, entretanto, algumas competências tecnológicas, pela experiência das reuniões APRe! norte, e por pressão de algumas leitoras, faça-se-lhes justiça, foi possível recomeçar as sessões, por Zoom, ainda que com um número reduzido de presenças. Mas, assim, se manteve viva a chama. Desde o início, é enviada previamente uma ficha de leitura, poder-se-ia designá-la como

tal, com dados sobre o escritor e o livro. Tem sido, até, por vezes, ela o ponto de partida para o debate.

E, assim, pudemos viajar, ao longo do tempo, por países diversos, de Portugal à Polónia, de Espanha a Itália, do Brasil ao Chile, da Índia a Moçambique. Do saco tiramos Agustina ou Valter, Olga, Vila-Matas ou Ferrante, Chico ou Sepúlveda, Arundhati ou Mia.... Como foi gratificante!! Por outros olhos, vimos o que os nossos não alcançaram. Especial foi o encontro, no terceiro aniversário, em que tivemos a presença da escritora, Jeannine Johnson Maia. Uma circunstância irrepetível.

Outubro de 2021. Regresso ao presencial, no auditório da Biblioteca Municipal. Em continuação, já que, ali acolhidos em 2016, após protocolo estabelecido com a instituição, «não havia revogação de nenhuma das partes».

Espaço muito simpático, arquitetura moderna, espaços verdes, lagos, gaviotas espreitando... Café acolhedor que permite um convívio pré ou pós sessão.

Finalidade última presente na criação da comunidade: abertura ao meio, conquista de leitores a serem, depois, associados, entre os que demandam aquele espaço público ou os que saberiam por passar de boca em boca.... Conseguido?

Não como era, talvez, o nosso devaneio... mas alguns novos nomes passaram, então, a figurar nas listas da APRe!

M. Eugénia Faria

Associada nº 1247

ACTIVIDADES DAS DELEGAÇÕES

DELEGAÇÃO NORTE

Comunidade de Leitores APRe!

No dia 6 de outubro, reiniciaram-se os encontros da Comunidade, no auditório da Biblioteca Municipal de Matosinhos, com a presença de treze leitoras. O livro, anteriormente indicado e agora debatido, foi «A Boneca de Kokoschka», de Afonso Cruz. O conteúdo foi do agrado geral, destacando-se: a linguagem usada pelo autor, poética, metafórica, contudo simples, permitindo uma leitura corrida, a forma de apresentação dos títulos e o sentido e a beleza dos mesmos.

Mais um livro a recomendar.



Caminhada nocturna

No dia 13 de Outubro, o desafio foi percorrer os jardins de Serralves, a partir das 21h, para fruir este notável património natural e arquitectónico através de novas perspectivas. Toda a flora ganhou nova vida, mostrando e realçando pormenores não observados de dia. É um espanto constante!

O projecto Serralves em Luz recorre a variadas fontes de luz, como o Led, halogénio, hmi, laser e vídeo, através de 28 instalações num percurso de 3 km que atravessa todo o Parque. O desenho de luz é de Nuno Maya em articulação com a equipa do Parque de Serralves.

Inscreveram-se 40 pessoas e as opiniões transmitidas foram de enorme satisfação!



Visita ao Jardim Botânico do Porto

No passado dia 25, foi feita uma visita, guiada pela associada Maria Antónia Lima, ao Jardim Botânico do Porto, o qual assume importância pela sua vertente botânica, nomeadamente pelas espécies exóticas. É ainda representativo das quintas de recreio do Porto oitocentista e, igualmente, um lugar de referência na vida e obra dos escritores Sophia de Mello Breyner Andresen e Ruben A.

Tivemos sorte, o dia estava soalheiro, o que tornou muito agradável o percurso através desses espaços verdes, onde vários garnisés muito coloridos iam espreitando...

Após uma breve introdução feita à entrada, percorremos o Jardim, para se conhecerem as suas três Grandes Zonas e as espécies botânicas mais significativas.

Aceitaram este convite 30 pessoas.



ACTIVIDADES DAS DELEGAÇÕES

DELEGAÇÃO DE LISBOA

Para assinalar o **Dia Internacional das Pessoas Mais Velhas**, a Delegação organizou um passeio livre aos jardins da Gulbenkian. As pessoas foram entrando pelas várias portas em pequenos grupos ou sozinhas e dirigiram-se ao anfiteatro ao ar livre. A satisfação pelo reencontro e o convívio foram uma constante em todas as conversas; mas também se falou da APRe!, das actividades que a Direcção tem levado a cabo e de projectos futuros. E, como não podia deixar de ser, ouvimos e anotámos sugestões.



Foi no decurso desta conversa que foi decidido organizar a visita guiada ao Jardim Botânico Tropical, que irá ter lugar no próximo dia 11 de Novembro e para o qual estão abertas inscrições em apre.cultura.lisboa@gmail.com



TOMADAS DE POSSE AUTÁRQUICAS

Na semana de 18 a 23 de Outubro realizaram-se as tomadas de posse das Juntas de Freguesia de Lisboa. A APRe! foi convidada pelos novos órgãos eleitos de algumas dessas Freguesias, nomeadamente do Lumiar, de Carnide e de Benfica, para as respectivas cerimónias de tomada de posse, tendo-se feito representar, em todas elas, pelas dinamizadoras dos Núcleos respectivos – Lumiar, Lisboa Norte e Benfica. Em todas as cerimónias a APRe!, além de apresentar cumprimentos, manifestou a sua disponibilidade para o reforço da cooperação já existente.

Bem-vindos à Era da Conexão!

O Despontar de UMA NOVA ERA

No nosso 20º aniversário, convidamo-los a participar na nossa Conferência Anual em parceria com a Presidência eslovena da UE

[REGISTO](#)

Briefing Especial

Estratégia Europeia de Cuidados - A UE como força motriz de melhores cuidados para todos?

Em setembro, no seu discurso sobre o Estado da União, a presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, anunciou o lançamento de uma Estratégia Europeia de Cuidados. Esta iniciativa materializa a iniciativa política da UE em matéria de cuidados de longa duração, anunciada há algum tempo, e os compromissos do Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. O que esperamos desta nova política? E onde está a AGE e os seus membros?

> [Leia o nosso Briefing Especial](#)

O envelhecimento merece um Livro Branco! - A AGE responde ao discurso do Estado da União

Na sequência do discurso do Presidente da Comissão Europeia, manifestamos as nossas preocupações quanto ao seguimento do Livro Verde sobre o Envelhecimento, numa carta aberta dirigida a Ursula von der Leyen.

[Leia a nossa carta aberta](#)



--- PRÓXIMOS EVENTOS ---

- [Aprendizagem intergeracional para enfrentar a desinformação](#) – workshops online da DIGITOL, nov 2021
- [Expondo o idadismo no sistema](#) – webinar da HelpAge International, 17 nov.
- [Direitos humanos para todas as idades: Promover uma perspetiva de percurso de vida & cooperação intergeracional para combater o idadismo](#), 18 nov

APRe! REPRESENTAÇÕES

ORGANIZAÇÕES NACIONAIS

1. Conselho Económico e Social (CES)
2. Conselho Consultivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
3. Conselho Geral e de Supervisão da ADSE
4. Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade , Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

1. AGE Platform Europe - Conselho de Administração
2. OEWGA – Grupo de Trabalho para o Envelhecimento da ONU
3. ECOSOC – Conselho Económico e Social das Nações Unidas

ENDEREÇOS COM INTERESSE

<https://www.dgs.pt/>

<https://www.who.int/>

<https://whc.unesco.org/en/list/>

MAIS INFORMAÇÕES

<https://www.apre-associacaocivica.pt/> (Página Oficial da APRe!)

<https://m.facebook.com/groups/apreassociados/> (Grupo de Associados no Facebook)

<https://m.facebook.com/APRe-Associa%C3%A7%C3%A3o-de-Aposentados-Pensionistas-e-Reformados-593878590700923/>

(Página Institucional no Facebook)